



Conselho Nacional

ACTA N.º 02/2010

Aos 08 dias do mês de Julho de 2010, pelas 15H00, na sede da Ordem dos Advogados, sita à Rua Ho Chi Min, edifício da Direcção Nacional de Estatística, o Conselho Nacional, reunido em sessão ordinária sob a presidência do Dr. Manuel Vicente Inglês Pinto, Bastonário da Ordem, observando a ordem de trabalhos aprovada, a saber:

1. Aprovação das actas anteriores;
2. Balanço das actividades realizadas no 1.º trimestre do ano em curso;
3. UALP e relações com organizações congéneres;
4. Situação do Centro de Estudos e Formação;
5. Realização da III.ª Conferência Nacional de Advogados;
6. Situação dos processos disciplinares em curso;
7. Diversos;

Estando presentes os seguintes membros e assessores:

Dr.ª Idalina Vieira;
Dr. Hermenegildo Cachimbombo;
Dr. João André Pedro;
Dr. Samuel João;
Dr. Albino Sinjecumbi;
Dr. Alberto Sérgio Raimundo ;
Dr. Afonso de Sousa;
Dr. Joaquim Machila dos Santos;
Dr.ª Fátima Neto;
Dr. Flaviano Mafiló;
Dr.ª Idalinda Rodrigues;
Dr. Luís Filipe Pizarro;

Ausentes:

Dr. Conceição Miguel;

Rua Ho Chi Min (Edifício da Direcção Nacional de Estatística)

TEL. 322777/326330

INTERNET: www.oaang.org

E-Mail: ordemadvogadosangola@netangola.com

Nif. : 7402006905

Luanda - Angola

Dr. António Joaquim (justificada);

Antes de se entrar para a discussão da Ordem de Trabalhos o Sr. Bastonário fez referência ao facto de a Ordem estar a cumprir com as suas obrigações estatutárias, sobretudo, no que se refere a formação dos advogados e advogados estagiários.

Por outro lado, foi manifestada a preocupação por parte da Vice-Presidente da OAA, a Dr^a. Idalina Vieira, pelo facto de se estar no 7.º mês do ano em curso e ser esta apenas a segunda reunião.

1 - Relativamente a este ponto, foram aprovadas as actas anteriores;

2 – Quanto ao balanço das actividades do 1.º trimestre, o Sr. Bastonário realçou o facto de não se ter realizado qualquer acto público no Conselho Provincial de Benguela por falta de estruturas, já que o contrato de arrendamento tinha terminado e não houve da parte da senhoria vontade de o renovar. Realçou ainda que já foi encontrada um imóvel onde deverá funcionar a sede desse Conselho e que no presente momento encontra-se em obras, aventando a hipótese de se proceder no mês de Agosto do ano em curso um acto público de entrega de céduas a novos advogados e advogados estagiários assim como iniciar o acto preparatório para as eleições dos órgãos sociais.

Ainda nesse ponto o Bastonário debruçou-se sobre a Delegação da província do Huambo, tendo informado que tem estado a contactar o Delegado desta província no sentido de se encontrar instalações próprias para o seu funcionamento. Nesta senda o Bastonário orientou o Delegado no sentido de procurar instalações para arrendar, enquanto não se conseguisse obter instalações próprias.

O Delegado da província do Huambo informou existir na província nove (09) advogados e treze (15) advogados estagiários, dois (02) dos quais do Bié, tendo manifestado a necessidade de se adoptar uma estratégia para província, frisando que a mesma responde também pelas províncias do Bié e Kuando Kubango. Infomou também das limitações financeiras e materiais para o desenvolvimento das suas actividades nas referidas províncias.

Rua Ho Chi Min (Edifício da Direcção Nacional de Estatística)

TEL. 322777/326330

INTERNET: www.oaang.org

E-Mail: ordemadvogadosangola@netangola.com

Nif. : 7402006905

Luanda - Angola

Acrescentou que, por enquanto o fundamental era a aquisição de uma sede para o Huambo e escritórios para as outras duas províncias.

Face à preocupação manifestada pelo Delegado do Huambo, foi deliberado avançar-se para o arrendamento de instalações que confirmem alguma dignidade a Ordem devendo, o Delegado, coordenar com o Dr. Flaviano Mafiló a questão financeira e apresentar as propostas sobre o assunto para análise e decisão.

Ainda em atenção a Delegação do Huambo, o Dr. João Pedro, porque informou que o Governo dessa província estava a distribuir residências para os funcionários públicos, sugeriu a possibilidade de se manter um encontro com o governador no sentido de saber da possibilidade de se arranjar uma residência para sede da Ordem e que a semelhança desse pedido se incetasse também um diálogo com o Governador do Bié, tendo o Delgado ficado incumbido de junto dos governos locais agendar os encontros com o Sr. Bastonário.

Em relação a Delegação da Huila, o Bastonário alertou a Delegada no sentido de se pressionar o Governo Local para aquisição do direito de superfície sobre o terreno cedido a Ordem.

Quanto a província de Cabinda, o Dr. João Pedro informou que do encontro mantido com o Dr. Arão, foi-lhe informado que dos advogados inscritos pela província de Cabinda dois teriam sido transferidos para Luanda, e como tal, deixava de existir o número mínimo de advogados necessários para a constituição do Conselho Provincial para aquela província. Entretanto, disse que tal desiderato poderia ser ultrapassado se se admitisse a advogados os dois estagiários que aguardam pela sua inscrição definitiva.

Ainda em relação a Cabinda o Dr. João Pedro referiu-se à residência que tinha sido arrendada e que não chegou a ser utilizada, já que era objecto de um litígio judicial. Todavia, por esse motivo, o Bastonário sugeriu que se esquecesse esse assunto.

Contudo, ficou deliberado que o Dr. João Pedro deveria deslocar-se a Cabinda para agendar um encontro entre o Sr. Bastonário e o Governador daquela província no sentido de se ver a possibilidade de arranjar uma residência para a Ordem. Ficou também deliberado que, a par disso, o Bastonário deveria formalizar o pedido de audiência na pessoa do Delegado da OAA em Cabinda.

Aventou-se a possibilidade de se nomear um novo Delegado para Cabinda, sugerindo a auscultação dos advogados inscritos nessa província no sentido de se ver qual deles é o que melhor poderá representar a Ordem.

A Dr^a. Idalina aproveitou a deixa para falar sobre o processo que corre contra o Colega, Dr. Francisco Luemba, tendo manifestado o seu descontentamento pela forma como está a ser conduzido.

Descreveu também a situação financeira do Colega que, na sua óptica, é preocupante, informando que ainda assim o Delegado da Ordem nessa província teve a coragem de cobrar honorários ao Colega pela assitência jurídica.

Em atenção ao estado financeiro do Colega, foi criada uma Comissão composta pelo Sr. Bastonário, Dr^a. Fátima Neto e Dr. Flaviano Mafiló no sentido de se elaborar um plano de ajuda financeira.

Aproveitando a abordagem que se fazia em relação a província de Cabinda, o Dr. Sérgio Raimundo tomou a palavra fazendo uma descrição sobre o estado da justiça no país e em face disso foi indicado para elaborar uma Carta-Parecer onde se deverá alertar para a necessidade do cumprimento da lei, carta essa a ser assinada pelo Sr. Bastonário e enviada aos órgãos que interveêm na Administração da Justiça.

3 – Nesse ponto o Sr. Bastonário referiu-se à 2.^a Conferência da União dos Advogados de Língua Portuguesa – UALP, a ter lugar em Março de 2012, em Luanda, informando que já

foram feitos contactos com potenciais patrocinadores. Porque há necessidade de se começar a preparar o evento, deliberou-se criar uma Comissão para o efeito.

Ainda em relação a esse ponto o Sr. Bastonário alertou para necessidade de se manter uma relação mais salutar com a SADC, tendo aproveitado para informar que se deslocaria a Lombombaxi, em companhia do Dr. Samuel João, para participar na Conferência Anual, agendada para o mês de Agosto do ano em curso.

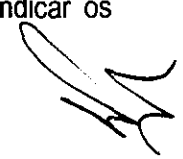
O Bastonário referiu-se também a UIA apelando a necessidade da integração de mais advogados angolanos nessa organização, ficando deliberado fazer-se uma maior divulgação da mesma com esse propósito. Informou que está agendada para Junho do próximo ano uma Conferência organizada pela referida organização estando prevista a constituição de uma Comissão para representar a Ordem.

4 – Relativamente ao Centro de Estudos e Formação o Bastonário informou que o Director do Centro de Estudos, apesar das funções que exerce, continua a dar o seu apoio.

Fez menção ao curso sobre Contencioso Societário, que mereceu dos presentes alguns reparos em função do preço elevado e do horário fixado para a ministração do Curso. Face aos inconvenientes apontados, ficou deliberado baixar o valor e alterar o horário.

O Bastonário aproveitou a ocasião para fazer referência ao Curso de Jurisdição de Menores que está a ser organizado pelo Conselho Provincial de Luanda, tendo apelado para a necessidade de esses cursos serem realizados em coordenação com o Centro de Estudos e Formação evitando-se, desse modo, a dispersão de meios.

5 – Quanto a realização da III.ª Conferência Nacional de Advogados, ficou deliberado agendar-se para a 2.ª quinzena de Novembro do ano em curso, tendo sido indicado o Dr. Hermenegildo Cachimbombo para coordenar a Comissão Preparatória, ficando encarregue de indicar os demais membros que deverão integrar a comissão.



6 – Nesse ponto, o Presidente do Conselho Provincial de Luanda informou que foi tomada uma deliberação no sentido de se considerar prescritos todos os processos pendentes há mais de dois anos e que no momento não havia nada de relevante em relação ao assunto.

7 – Em relação a esse ponto foram levantadas uma série de questões ligadas ao exercício da advocacia, que no entender dos membros, se deve ao facto de até ao momento não estarem ainda determinados os actos próprios da advocacia e não estar aprovada a Lei das Sociedades de Advogados, ficando, para isso, deliberado criar-se uma Comissão para tratar dessas matérias.

Foi também levantada a questão do estágio de advogados que requerem a sua inscrição para advogados na Ordem e que já tenham sido advogados em outros países e face à lacuna que se verifica nos estatutos da Ordem em relação ao assunto, ficou deliberado que, doravante, aqueles que se encontrarem nessa situação deverão, ao invés de apresentar um Trabalho sobre Ética e Deontologia Profissional, apresentar um trabalho sobre uma determinada lei angolana.

Foi apresentada uma preocupação pelo Dr. Machila consubstanciada no facto de haver advogados e advogados estagiários que se apresentam nos tribunais exibindo cópias de cédulas sem que o Conselho Provincial tivesse conhecimento da inscrição desses advogados.

Depois de prestados os devidos esclarecimentos sobre o assunto, ficou deliberado que a Secretaria da Ordem deverá oficializar os Conselhos Provinciais, sempre que confira aos advogados e advogados estagiários que aguardam pela entrega formal das cédulas, uma cópia autenticada da mesma.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi declarada encerrada quando eram 18H00 e, para constar, dela se lavrou a presente acta que depois de aprovada, será assinada pelo Bastonário.

Luanda, 08 de Julho de 2010


O BASTONÁRIO
Manuel Vicente Inglês Pinto

Rua Ho Chi Min (Edifício da Direcção Nacional de Estatística)
TEL. 322777/326330
INTERNET: www.oaang.org
E-Mail: ordemadvogadosangola@netangola.com
Nif. : 7402006905
Luanda - Angola